

1

## A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem

Ananda Simões Fernandes\*

**Resumo:** Este trabalho pretende demonstrar o intercâmbio repressivo que se estabeleceu entre os governos brasileiro e uruguaio durante o período de 1964 a 1967 (quando grande parte dos exilados brasileiros encontrava-se no Uruguai), no tocante aos órgãos de informação e espionagem. Desde o golpe de Estado, em 1964, a ditadura brasileira estabeleceu uma conexão repressiva com os países vizinhos. Para tanto, em 1966, o Sistema Nacional de Informações (SNI) criou o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) para vigiar, monitorar e espionar principalmente os exilados brasileiros que se encontravam no Uruguai. Essas ações estavam sustentadas pela premissa das “fronteiras ideológicas”: perante a “ameaça do comunismo”, as fronteiras nacionais não eram mais válidas, fazendo com que os militares achassem que tinham o direito de controlar seu “inimigo interno”, mesmo que em outro país. **Palavras-chave:** ditadura civil-militar brasileira – exílio – espionagem

### Introdução

As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul estabeleceram uma conexão repressiva internacional através da Operação Condor, fundada em 1975. Essa conexão instituiu uma rede de cooperação entre si, com o propósito de interligar os sistemas repressivos e de informações entre esses países. Entretanto, o que a Operação Condor realizou foi redimensionar e oficializar relações que já existiam entre os regimes de Segurança Nacional, pois desde 1964, quando o Brasil sofreu o golpe de Estado, iniciou-se a experiência de acirramento de mecanismos regionais de coordenação repressiva. O regime civil-militar brasileiro se constituiu, então, numa espécie de “laboratório” e também como exportador de técnicas repressivas no “combate à subversão”, sob as premissas da Doutrina de Segurança Nacional<sup>1</sup> (DSN).

Uma das características da DSN era a de não distinguir entre política interna e política externa. O “inimigo” encontrava-se tanto dentro quanto fora do país e, na defesa da segurança

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

<sup>1</sup> A DSN foi uma doutrina elaborada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e difundida para o mundo todo, que tinha como objetivo conter o “avanço do comunismo”. Na América Latina, ela foi disseminada principalmente após a vitória da Revolução Cubana, em 1959.

2

nacional, era necessário considerar os demais países – principalmente os vizinhos – como um cenário de extensão da política interna. Logo, as medidas repressivas tomadas pela ditadura brasileira refletiram-se nas relações com o subcontinente latino-americano, principalmente o Cone Sul.

Esse artigo pretende explorar conteúdos pouco conhecidos da ditadura civil-militar brasileira: a conexão repressiva que o Brasil estabeleceu com o Uruguai ainda democrático, a partir do momento da instalação da ditadura brasileira até o ano de 1967.<sup>2</sup> Desse modo, verifica-se a necessidade do estudo do ponto de inflexão que as relações entre os governos uruguaio e brasileiro tiveram após o golpe ocorrido no Brasil, pois centenas de exilados desse país foram procurar refúgio no Uruguai. Assim, desde 1964, o Brasil pressionava este para que cooperasse com o sistema de informações que havia sido organizado com o objetivo de averiguar as ações dos exilados. Inclusive, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), um órgão de inteligência, que tinha como objetivo primordial espionar os exilados que se encontravam no Uruguai.

A apropriação do conceito de guerra revolucionária foi essencial para a formulação da variante teórica brasileira da Doutrina de Segurança Nacional. Enquanto os estrategistas militares norte-americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e guerra nuclear, “os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária”.<sup>3</sup> Assim, os militares latino-americanos, particularmente os brasileiros, estavam preocupados especificamente com a vinculação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes, estabelecendo-se as “fronteiras ideológicas”.

O conceito de “inimigo interno” é fundamental na concepção das “fronteiras ideológicas”. Assim como na sua matriz norte-americana, na variante brasileira da DSN ele também pode atingir qualquer pessoa, sendo flexibilizado constantemente para poder

---

<sup>2</sup> O Uruguai sofreu o golpe de Estado em 27 de junho de 1973, sendo que foi o próprio presidente civil democraticamente eleito quem chamou os militares para o governo.

<sup>3</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005 [1984]. p. 40.

3

enquadrar todos que, de uma maneira ou outra, possam questionar, se opor e, de alguma forma, levar à desestabilização da ditadura de segurança nacional. O “inimigo interno” foi utilizado para a elaboração de toda doutrina de segurança readaptada pela Escola Superior de Guerra (ESG): guerra revolucionária, geopolítica, política externa, segurança nacional, desenvolvimento econômico. Não há uma definição de “inimigo”; o importante é que toda a população vira suspeita, podendo ser controlada, perseguida e eliminada.

### **O golpe de Estado no Brasil e o Sistema Nacional de Informações**

Os golpes contra-insurgentes latino-americanos tiveram como objetivo primeiro conter a efervescência dos movimentos sociais na década de 1960, assim como aprofundar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Dessa forma, o governo João Goulart e suas reformas de base ameaçavam a reprodução do sistema capitalista nos moldes desejados pelo imperialismo norte-americano. O final dos anos 1950 e início dos anos 1960 no Brasil foi marcado pelos avanços e conquistas sociais e políticas, na cidade e no campo. Os militares brasileiros, principalmente através da ESG, vinham desenvolvendo a variante nacional da DSN. Desse modo, no momento da instalação da ditadura, suas diretrizes foram aplicadas no Brasil.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo civil-militar brasileiro foi a eliminação da vida pública e política dos setores de oposição. Neste momento, o “inimigo interno” configurava-se como os setores vinculados ao governo de João Goulart: o movimento sindical, os militares legalistas e os políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vinculados às propostas das Reformas de Base do governo deposto. Para tanto, foi decretado o AI-1, que, devido à sua eficácia, foi chamado de “Operação Limpeza”. Este decreto autorizava, entre outros: a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos; a eliminação do direito ao voto, de candidatura e da participação em atividades político-partidárias; a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para reserva ou a reforma de burocratas civis e pessoal militar. Estas medidas facilitaram tanto o expurgo dos quadros

4

burocráticos e militares ligados ao governo, assim como a cassação de políticos.<sup>4</sup>

O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi o responsável pelas bases do aparato repressivo desenvolvido, possibilitado pela legalização da ofensiva repressiva estabelecida pelo AI-1. A criação do SNI estava inserida nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional:

a teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de *facto* do poder no interior do Estado de Segurança Nacional.<sup>5</sup>

Na conceituação de guerra revolucionária, dois aspectos foram enfatizados: a guerra psicológica e o papel dos serviços de informação. Partindo do pressuposto de que o “inimigo interno” agia no plano psicológico, ou seja, militava através das idéias, os alvos de repressão deveriam ser os sindicatos, as instituições de ensino, os meios de comunicação e a Igreja, principalmente. Nessa perspectiva, um sistema de informações era primordial. Ele será formado pela “elite” das Forças Armadas, sendo que os mais destacados oficiais para aí se dirigem. Conforme o Manual Básico da ESG, “um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna.<sup>6</sup>

Criado e chefiado inicialmente por Golbery do Couto e Silva, em junho de 1964, o SNI tinha como objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.<sup>7</sup> O chefe imediato do próprio Sistema Nacional de Informações era o presidente da república, o que acabou fortalecendo o Executivo, pois não competia ao Legislativo e ao Judiciário a supervisão de

<sup>4</sup> O presidente deposto, João Goulart, aparecia como o primeiro nome da lista das pessoas que perderam imediatamente seu cargo. Juntamente com ele, vários assessores e políticos ligados ao seu entorno também foram cassados.

<sup>5</sup> ALVES, op. cit., p. 48.

<sup>6</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*, op. cit., p. 438.

<sup>7</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO apud ALVES, op. cit., p. 88.

5

suas atividades. O SNI acabou por se tornar, na prática, quase tão poderoso quanto o próprio Executivo.

O SNI era auxiliado nas atividades de espionagem pelos serviços de inteligência das Forças Armadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). No âmbito civil, recebia ajuda na coleta de informações das diversas Divisões de Segurança e Informações (DSI) e dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Os relatórios realizados por esses órgãos repressivos eram encaminhados ao SNI.

### **O controle dos exilados brasileiros no Uruguai**

Montevideu foi a cidade que acabou por abrigar grande parte da primeira geração de exilados brasileiros. Para lá foram, entre outros, João Goulart, Leonel Brizola, Paulo Schilling, Décio Freitas e Darcy Ribeiro. O Uruguai possuía uma sólida tradição democrática e uma forte solidariedade aos asilados políticos. É difícil mensurar o número de exilados que foram para Montevideu, mas estima-se que tenha sido entre 500 e 1.000 pessoas recebidas pelo governo uruguaio. O jornalista Flávio Tavares, um dos vários “pombos-correios” (brasileiros vinculados ao ex-governador Leonel Brizola que levavam informações para os exilados e depois retornavam para o Brasil), relata nas suas memórias que Montevideu era considerada a “Meca da esquerda”.<sup>8</sup> Nesta cidade havia liberdade de expressão política, tanto para os exilados quanto para os brasileiros que constantemente cruzavam a fronteira.

Entretanto, a ditadura brasileira considerava de grande importância o controle e vigilância desses exilados, principalmente porque a fronteira uruguaia era constantemente atravessada pelos chamados “pombos-correios”, brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil com orientações políticas. Paralelamente, essa rota de passagem também foi utilizada por espiões e agentes policiais que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a treinar agentes uruguaio nas medidas repressivas, principalmente no tocante à tortura. Neste sentido, cabe lembrar que integrantes do Esquadrão da Morte ajudaram a aperfeiçoar o Esquadrão da Morte uruguaio. Portanto, desde a implantação da ditadura brasileira já existia uma conexão repressiva com o Uruguai, mesmo

---

<sup>8</sup> TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999.

6

havendo, ainda, um regime democrático nesse país.

O Uruguai era um dos países que deveriam ser abarcados pelo projeto geopolítico brasileiro de expansão de influência – inclusive, por causa da histórica rivalidade na região com a Argentina. Em função disso, a fronteira do Rio Grande do Sul sempre foi área de concentração militar e, durante a ditadura, considerada zona de segurança nacional. Paradoxalmente, logo após o golpe de Estado no Brasil, chegou a haver um acordo, em 1965, entre os governos brasileiro e argentino para intervenção militar conjunta, caso a atividade sindical uruguaia se intensificasse.<sup>9</sup> Tal fato permite perceber a importância que os países vizinhos conferiam ao Uruguai, assim como a dimensão de ameaça à sua soberania. Há indícios de que o Embaixador brasileiro em Montevidéu, Manoel Pio Corrêa, tenha sido o responsável pela articulação entre os dois países.<sup>10</sup>

Nos primeiros meses do novo governo, o diplomata Manoel Pio Corrêa foi designado pelo general Castelo Branco para assumir o cargo de Embaixador brasileiro no Uruguai, a fim de “melhorar as relações entre os dois países”. Entretanto, suas atividades políticas no Uruguai eram bem diferentes. Juntamente com o coronel Câmara Senna, que foi para Montevidéu como adido militar, Pio Corrêa dedicou-se à neutralização da articulação entre os exilados, tendo como prioridades João Goulart e Leonel Brizola. Para tanto, foi arquitetada uma rede de contatos, que ia desde políticos, militares, juízes, delegados de polícia e até fazendeiros e comerciantes. O ex-agente da CIA, Philip Agee, declara que o adido militar Câmara Senna, o embaixador Manoel Pio Corrêa e o seu primeiro-secretário, Lyle Fontoura, seriam agentes dessa mesma companhia designados pela base do Rio de Janeiro para irem ao Uruguai.<sup>11</sup>

Manoel Pio Corrêa, na sua autobiografia, *O mundo em que vivi*,<sup>12</sup> relata que sua principal missão no Uruguai era impedir que os exilados exercessem atividades políticas, para tanto, utilizando-se de uma “diplomacia de resultados”, através de cobranças e pressões sob o governo uruguaio. Especula-se também que o embaixador teria condicionado a compra de trigo uruguaio à limitação da mobilidade do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, o que acabou ocorrendo, em 1965, com o seu confinamento no balneário de Atlântida: “pedido que

---

<sup>9</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

<sup>10</sup> AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

<sup>11</sup> AGEE, op. cit., p. 384.

<sup>12</sup> CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

7

foi acolhido sem qualquer reticência e prontamente atendido”, conforme Pio Corrêa.<sup>13</sup>

Antes de viajar para Montevidéu, Manoel Pio Corrêa estabeleceu diversos contatos com as forças armadas e policiais do Rio Grande do Sul. Foi recebido pelo governador Ildo Meneghetti, “eloqüente indicação da importância atribuída pelo Rio Grande do Sul à Embaixada do Brasil no Uruguai”,<sup>14</sup> que lhe informou que a Polícia Civil e a Brigada Militar do Estado agiriam conjuntamente com a Embaixada brasileira em Montevidéu, referente à vigilância da fronteira e a possíveis atividades subversivas insufladas a partir do Uruguai. Pio Corrêa também recebeu apoio do III Exército, sendo que as Primeira, Segunda e Terceira Divisões de Cavalaria, responsáveis pelo controle das fronteiras, manteriam ligação com o embaixador, mantendo-o constantemente informado do que estava ocorrendo no Estado gaúcho.

No Uruguai, foi fortemente apoiado pelo general Santiago Pomoli, seu amigo pessoal, que tratou de articular no Exército uruguaio uma corrente favorável aos objetivos designados ao embaixador, a estrita vigilância das atividades dos exilados brasileiros. Além disso, Pio Corrêa também estabeleceu laços com o chefe da polícia de Montevidéu. Pelo êxito da sua missão no Uruguai, e pelo controle que exerceu sobre os exilados (pela Lei de Asilo, cabe ao país que acolhe o asilado impor as condições, e não o país que o expulsou), recebeu a alcunha, por parte da esquerda, de “troglodita reacionário”. Retirou-se do serviço diplomático no Uruguai no início de 1966, assumindo o cargo de Secretário Geral de Política Exterior, deslocando-se, em 1968, para a Embaixada brasileira em Buenos Aires.

### **O Centro de Informações do Exterior (CIEEx)**

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa redigiu a portaria ultra-secreta que criava o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior” (Adoc), as atividades de espionagem funcionavam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do

---

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p. 892.

<sup>14</sup> Idem, ibidem, p. 848.

8

SNI e dos adidos militares – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Oficialmente, existia um centro responsável de fornecer informações estratégicas ao Itamaraty a fim de melhorar a execução política externa do país.

O CIEEx contém mais de oito mil informes sobre a colaboração internacional entre militares, policiais e diplomatas. Inclusive, ao longo das suas mais de vinte mil páginas de documentação, constam os nomes de 64 brasileiros que estão na lista dos 380 mortos e desaparecidos da ditadura brasileira. Com o término da ditadura, o SNI determinou a destruição desse centro, ordem que foi negada pelo então embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que assumiu o cargo em 1985.

Esse órgão de espionagem ultrapassou o âmbito do Cone Sul, estendendo-se até a Europa, inclusive. Atuou nas embaixadas de Montevideú, Buenos Aires, Santiago, Paris, Praga, Moscou e Lisboa (após a Revolução dos Cravos, em 1975). O grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações foi intenso, principalmente com as da região, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países. Constituiu-se em uma verdadeira “elite” do sistema de informação.

O CIEEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Assim, não é estranho que se estime que 70% da documentação expedida por este órgão sejam referentes aos exilados brasileiros no Uruguai.<sup>15</sup> Nos locais onde havia a maior concentração de exilados, era exatamente onde o CIEEx mais agia. Desse modo, quando grande parte dos exilados brasileiros saiu de Montevideú, em 1967, dirigindo-se para o Chile, e quando a geração de exilados pós-1968<sup>16</sup> também foi para este país (em função de agora já ser o Chile de Allende), o CIEEx passou a ter uma atuação maior na Embaixada de Santiago.

É importante ressaltar que o CIEEx não se envolvia diretamente em ações repressivas: estas ficavam a cargo do DOPS e dos órgãos militares. Cabia ao CIEEx repassar as informações para o SNI, que depois as irradiavam para os órgãos de repressão direta. Para obter as informações desejadas sobre os exilados, esse centro de espionagem recorria a vários métodos: infiltração de agentes no meio dos exilados, violação de correspondência,

<sup>15</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 205 f. Cuiabá: UFMT, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

<sup>16</sup> A segunda geração de exilados foi a de 1968, sendo composta principalmente por integrantes da luta armada e do movimento estudantil. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.



9

rastreamento de veículos considerados suspeitos que circulavam pela fronteira, controle das atividades e dos “pombos-correios” dos principais líderes da esquerda, etc.<sup>17</sup> Além disso, a contratação de informante e, principalmente, a colaboração de forças policiais do país que abrigava os exilados era fundamental nas atividades exercidas pelo CIEx. Também se deve ressaltar que outros órgãos repressivos atuavam na coleta de informações no exterior. Esses eram os casos do SNI, das DSIs das embaixadas e dos órgãos repressivos de cada Força.

As atividades de espionagem no exterior tinham como preocupação primordial o controle das ações dos brasileiros (exilados ou não) e seu possível retorno ao Brasil. Dessa forma, Samantha Quadrat, através da documentação da DSI do Ministério da Justiça, enumera quatro pontos específicos:

O primeiro diz respeito a um possível retorno dos exilados. O segundo refere-se às campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as conseqüentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento. O terceiro relaciona-se à atuação dos brasileiros exilados no exterior. E o quarto e último ponto está ligado ao monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior.<sup>18</sup>

A maior parte da documentação do arquivo do CIEx está classificada como secreta, e muitos desses documentos são de caráter ultra-secreto. Recentemente, o jornal *Correio Braziliense* publicou um conjunto de matérias e documentos denunciando a existência desse órgão de espionagem, o que obrigou o Itamaraty a reconhecer oficialmente a veracidade das informações. Entretanto, essa documentação não está disponível para pesquisa, pois o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista concedida ao mesmo jornal, declarou que “não tem comentários a fazer sobre aspectos de um passado que felizmente deixou de existir”, o que demonstra a postura ambígua da atual administração federal com essa demanda.

Através da análise do CIEx, pode-se perceber como o Itamaraty – que tinha como política transmitir a imagem de um órgão situado acima da repressão estatal – ajustou-se aos interesses e às diretrizes da ditadura civil-militar brasileira, utilizando-se de várias formas de modalidades de pressão, no caso específico, sobre o Uruguai.

---

<sup>17</sup> MARQUES, op. cit.

<sup>18</sup> QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004. p. 320.

### **Considerações finais**

País considerado de posição estratégica na Bacia do Prata, o Uruguai, desde o golpe de Estado no Brasil, em 1964, foi alvo de interferência da política externa brasileira. Esta situação se prolongou no tempo até o golpe de Estado uruguaio, em 1973. Com os expurgos ocorridos através da “Operação Limpeza”, centenas de brasileiros exilaram-se em Montevideú, capital do Uruguai. Desse modo, para a ditadura brasileira, foi necessário controlar e vigiar seu “inimigo interno”, mesmo estando localizado em outro país, pois, pela concepção das “fronteiras ideológicas” isso não era considerado um impedimento.

Assim, utilizando como “laboratório” a experiência do exílio brasileiro no Uruguai, foi criado o CIEx, órgão de espionagem secreto responsável por controlar os brasileiros fora do país. Esse centro demonstra como os órgãos diplomáticos também estavam inseridos no sistema de informações da ditadura.

O exílio brasileiro no país vizinho foi um fenômeno preocupante para a ditadura até 1968, quando começou o processo da escalada autoritária no Uruguai. A partir desse momento, a maioria dos exilados que ali se encontrava acabou indo para o Chile

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005 [1984].

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

11

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 205 f. Cuiabá: UFMT, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004. p. 315-328.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.